

# Diga **NÃO** à Emenda 3!

## Ela representa o fim da CLT, da carteira de trabalho e da Previdência Social!

**Nesta terça-feira, 10/4, trabalhadores de todo país farão manifestações e paralisações de advertência, com o objetivo de pressionar o Congresso a manter o veto do presidente Lula à emenda 3. Se o Congresso derrubar este veto, não haverá mais fiscalização e os empregadores ficarão livres para praticar fraudes contra os trabalhadores, que serão contratados como Pessoa Jurídica (PJ), ou seja, com firma aberta. Estes últimos, por sua vez, terão apenas um meio para denunciar e exigir os seus direitos: a Justiça do Trabalho. No entanto, se o patrão descobrir que o trabalhador entrou com uma ação na Justiça, vai dispensá-lo, sem direito nenhum.**

### De onde surgiu?

A emenda 3 foi criada por alguns deputados e senadores para favorecer os patrões que querem se ver livres do pagamento dos direitos dos trabalhadores. Esses parlamentares incluíram a emenda no projeto de lei que cria a Super Receita\*, mas o presidente Lula a vetou. Agora, estes parlamentares querem derrubar o veto presidencial em nova votação no Congresso e é por isso que os metroviários estão mobilizados junto com todos os trabalhadores brasileiros.

\*Órgão que unirá as secretarias da Receita Federal e de Receita Previdenciária, transformando-as na Secretaria da Receita Federal do Brasil.

### A emenda 3 só beneficia os patrões

Com a derrubada do veto à emenda 3, qualquer um poderá ser contratado como PJ: engenheiros, advogados, administradores de empresas, caixas

de banco, empregadas domésticas, motoristas. Em fim, todos estarão sujeitos a este modelo que precariza ainda mais as relações trabalhistas.

Por este motivo, é dever de cada trabalhador brasileiro se posicionar contra esta aberração que os patrões tentam nos impor.

A derrubada do veto presidencial à Emenda 3 é tão nefasta para os trabalhadores que, caso ocorra, não haverá mais a necessidade de realizar as reformas Trabalhista, Sindical e Previdenciária, pois deixaremos de ter trabalhadores com carteira assinada, não existirão categorias de trabalhadores a serem representadas por sindicatos e, portanto, não existirão trabalhadores para serem aposentados.



## O que muda na vida do trabalhador

Se o Congresso Nacional derrubar o veto à emenda 3 os trabalhadores não estarão mais protegidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), serão contratados como PJ. Portanto, não terão garantia de jornada de trabalho de oito horas diárias e nem descanso semanal remunerado; não terão direito a férias e o respectivo abono, pois o PJ só será remunerado pelas tarefas realizadas (se não trabalhar não recebe). Não terão direito a proteção da saúde e segurança no trabalho, pois qualquer despesa

proveniente de doenças ou acidentes do trabalho correrá por conta do PJ; não terão direito ao 13º salário, pois esta garantia legal está prevista somente para quem tem carteira de trabalho assinada; em caso de rescisão do contrato, o PJ não receberá FGTS e 40%, pelo contrário, dependendo dos motivos da rescisão, terá que pagar multa à contratante; e para completar, o PJ só conseguirá se aposentar se pagar o carnê do INSS, além dos demais impostos e tributos que agora recairão sobre si, pois tornou-se empresa.

**Contra a emenda 3, o Brasil pode parar!**

# Linha 4: a população cotinua sem informação

**Dia 12 de abril completam noventa dias que sete pessoas perderam a vida de forma trágica, nas obras da futura estação Pinheiros do Metrô, por irresponsabilidade do governo do Estado, negligência da direção do Metrô e imprudência dos empreiteiros responsáveis pela construção**

No dia 30/3 a imprensa noticiou que o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) condenou as obras da futura Linha 4 – Amarela, tendo como base um laudo feito por uma empresa contratada pelo próprio consórcio Via Amarela. No entanto, ninguém teve acesso ao seu conteúdo, por mais que este seja um direito dos cidadãos.

Dias depois, a imprensa divulgou que o governo do Estado, o Metrô, o consórcio e o Ministério Público (MP) assinaram um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que viabilizaria a continuidade das obras da futura estação Pinheiros associada às investigações da tragédia, a partir de segunda-feira, 9/4.

Ocorre que a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) não suspendeu o

embargo as obras por ela determinado 18 dias após a tragédia, devido à “situação de grave e iminente risco à saúde e integridade física dos trabalhadores”, e por ainda aguardar que o consórcio envie documentos que atestem a segurança das obras. De acordo com a imprensa, o consórcio ainda não fez tais esclarecimentos.

A partir daí, a quebra de braço foi instalada. O consórcio disse que não ia retomar as obras, mas a secretaria dos Transportes Metropolitanos garantiu a sua retomada a partir de 9/4, desrespeitando o embargo da DRT. O chefe do setor de Segurança e Saúde do Trabalhador da DRT, e responsável pelo embargo, Celso de Almeida Haddad, deixou claro que se isso acontecer a Polícia Federal será

acionada para que a lei seja cumprida e a segurança dos trabalhadores e população seja preservada.

Enquanto isso, a população continua com suas casas rachadas, correndo risco de passar por novos acidentes, e ainda é privada de seu direito de ter satisfações sobre as causas da tragédia e as medidas a serem tomadas para corrigir as falhas de segurança na obra.

O Sindicato dos Metroviários continua atento e não desistirá de garantir os direitos dos cidadãos. Continuará exigindo a participação do corpo técnico do Metrô no acompanhamento do projeto e fiscalização das obras, bem como que a operação da Linha 4 não seja privatizada também.



## Privatização com R\$ do povo

No dia 19/3, o governador Serra encaminhou à Alesp pedido de autorização para contrair um empréstimo de US\$ 450 milhões, no exterior, em caráter de urgência, para terminar a privatização da Linha 4. Com isso, mais os pedidos das empreiteiras de US\$ 200 milhões para cobrir os custos com a obra que o governo dizia ter preço fechado, o Estado de SP investirá acima de US\$ 1.600 bilhão, contra apenas US\$ 340 milhões do capital privado. Isso significa mais de 85% do total necessário para colocar a Linha 4 em funcionamento, sendo que o concessionário ficará com toda a arrecadação do Metrô por 30 anos e a população é que pagará com uma tarifa excessivamente cara.

## Recarga do Bilhete Único terceirizada: péssimo atendimento ao usuário

Esclavidão. Esta é a relação de trabalho que a empresa terceirizada responsável pela recarga do Bilhete Único, a Planetek, quer impor aos seus funcionários. De acordo com denúncias encaminhadas ao Sindicato dos Metroviários de SP, eles são proibidos de deixar seus postos de trabalho por falta de rendição. Isso quer dizer que, enquanto um substituto não chega, são proibidos de fazer refeições ou ir ao banheiro. Para completar, são proibidos de levar garrafas de água para o confinamento, sob o risco de punição.

Os funcionários da Planetek chegam ao cúmulo de dobrar a jornada de trabalho, com apenas um intervalo de 15 minutos para lanche e, por não terem rendição, são obrigados a urinar em garrafas plásticas.

As cabines não oferecem condições de higiene e segurança, expondo os trabalhadores a germes e bactérias de um local confinado. A ventilação é péssima, o que faz com que respirem o mesmo ar durante toda a jornada de trabalho, e a rotina de trabalho é exaustiva, já que cada operador chega a fazer mais de oito mil recargas em um turno de 6h.

### Resultado

Desde a implantação dos cubículos de recarga do Bilhete Único nas estações do Metrô o Sindicato dos Metroviários denuncia

as péssimas condições de trabalho dos funcionários da Planetek, bem como os transtornos dos usuários que precisam recarregar seus bilhetes, mas sofrem com filas enormes e atendimento precário, pois é impossível qualquer ser humano conseguir atender bem nessas condições.

O Sindicato dos Metroviários já apresentou denúncia ao Ministério Público do Trabalho e à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e tomará novas medidas para deter estas arbitrariedades.

## Indignação e revolta

Na estação Sé, uma funcionária da Planetek que entrou em serviço às 17hs, ficou trancada dentro da cabine blindada das 23h até às 5h, pois a fechadura emperrou. A empresa foi acionada, mas só compareceu no dia seguinte para liberar a funcionária, que ficou sem comer, sem beber água, sem ir ao banheiro e sem dormir por mais de 9h.

Outra aberração se deu quando uma funcionária desmaiou por causa do excesso de calor dentro da cabine e só foi percebida quando sua rendição chegou e a encontrou caída no chão. Ou seja, horas depois.